



## EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA: CONSTITUIÇÃO DO SENSO CRÍTICO POR MEIO DA LEITURA E DA ESCRITA

Patrícia Barreto Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

O incentivo à leitura e à escrita na escola, realizado pelo profissional de ensino, tende a obter relevantes resultados sobre a realidade educacional a nível local. Diante da necessidade de se reconhecer a importância do ato de ler e de escrever na constituição de um indivíduo consciente do seu papel na sociedade, essa investigação busca compreender como a equipe técnico-pedagógica pode contribuir para a constituição do senso crítico por meio da leitura e da escrita ao longo da Educação Básica. Ainda, a presente pesquisa bibliográfica, pautando-se, também, em um referencial teórico consubstanciado, subsidiou seus aprofundamentos temáticos com postulados constantes em diversas obras. Além disso, como ferramenta metodológica, foi necessária a realização de uma coleta de dados, apoiando-se em artigos, monografias, dissertações e teses recentemente publicizadas. Portanto, verificou-se, por meio da análise dos dados, que se deve reconhecer o papel pedagógico dos especialistas em educação nas atividades aprimoradoras das habilidades de leitura e escrita.

**Palavras-chave:** Leitura. Escrita. Equipe Técnico-pedagógica.

### ABSTRACT

The incentive to read and write at school, carried out by the teaching professional, tends to obtain relevant results on the educational reality at the local level. Faced with the need to recognize the importance of reading and writing in the constitution of an individual aware of his role in society, this investigation seeks to understand how the technical-pedagogical team can contribute to the constitution of critical sense through reading and writing throughout Basic Education. Furthermore, this bibliographical research, based also on a substantiated theoretical framework, subsidized its thematic deepening with constant postulates in several works. In addition, as a methodological tool, it was necessary to perform a data collection, based on recently published articles, monographs, dissertations and theses. Therefore, it was verified, through data analysis, that one should recognize the pedagogical role of education specialists in the activities that enhance reading and writing skills.

**Keywords:** Reading. Writing. Technical-pedagogical Team.

### RESUMEN

El incentivo para leer y escribir en la escuela, llevado a cabo por el profesional docente, tiende a obtener resultados relevantes sobre la realidad educativa a nivel local. Ante la necesidad de reconocer la importancia de la lectura y la escritura en la constitución de un individuo consciente de su papel en la sociedad, esta investigación busca entender cómo el equipo técnico-pedagógico puede contribuir a la constitución del sentido crítico a través de la lectura y la escritura en toda la Educación Básica. Además, esta investigación bibliográfica, basada también en un marco teórico fundamentado, subvencionaba su profundización temática con postulados

---

<sup>1</sup> Possui mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Americana-Py (2016), graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (2001) e graduação em Secretariado Executivo pela Universidade Católica do Salvador (1997). Atualmente é Professora da Prefeitura Municipal de Salvador e Especialista em educação da Prefeitura Municipal de Dias D'Ávila. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Coordenação Pedagógica.



constantes en varias obras. Además, como herramienta metodológica, era necesario realizar una recopilación de datos, basada en artículos, monografías, disertaciones y tesis publicados recientemente. Por lo tanto, se verificó, a través del análisis de datos, que se debe reconocer el papel pedagógico de los especialistas en educación en las actividades que mejoran las habilidades de lectura y escritura.

**Palabras clave:** Lectura. Escritura. Equipo Técnico-pedagógico.

## INTRODUÇÃO

A demanda da leitura e escrita ganha espaço no século XIX, como consequência da industrialização, da expansão dos meios de comunicação, desenvolvimento do comércio e dos avanços da tecnologia na produção de material impresso. A partir do século XX, a literatura busca uma formação pedagógica que restrinja o aprendizado a apenas formação curricular. Ao se voltar para uma nova ótica da literatura, observa-se que as histórias e textos devem ser compostos de questionamentos que dialoguem com o leitor e o faça refletir sobre a realidade social em que está inserido.

Assim, Foucambert (1994) traz algumas reflexões sobre o papel do ato de ler e, conseqüentemente, de escrever para os indivíduos:

Ler significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo, significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita, significa poder ter acesso a essa escrita, significa construir uma resposta que integra parte das novas informações ao que já se é (FOUCAMBERT, 1994, p. 5).

Trazendo essa reflexão para as concepções mais modernas sobre linguagem, Kleiman (2011, p. 14) esclarece:

A concepção hoje predominante nos estudos da leitura é a de leitura como prática social que, na linguística aplicada, é subsidiada pelos estudos do letramento. Nessa perspectiva, os usos da leitura estão ligados à situação; são determinados pelas histórias dos participantes, pelas características da instituição em que se encontram, pelo grau de formalidade ou informalidade da situação, pelo objetivo da atividade de leitura, diferindo segundo o grupo social. Tudo isso realça a diferença e a multiplicidade dos discursos que envolvem e constituem os sujeitos que determinam esses diferentes modos de ler (KLEIMAN, 2011, p. 14).

De igual importância, o desejo de se comunicar com o seu semelhante permitiu que o homem desenvolvesse a escrita. Essa prerrogativa não mudou apesar de ter evoluído dentro das diversas culturas, obedecendo a aspectos



estruturais internos a cada uma delas. Assim, a inserção do homem e a convivência em sociedade é importante na aquisição e interiorização de uma cultura, uma vez que o convívio social possibilita ao indivíduo pensar sua realidade, principalmente quando a leitura e a escrita fazem parte dela.

A informação deve ser passada ao leitor com a determinada acessibilidade e compreensão necessárias ao seu entendimento, devendo fornecer subsídios necessários para a sua interpretação crítica, tornando possível a transformação e valorização do leitor. Dessa maneira, este estudo objetiva, principalmente, compreender como a equipe técnico-pedagógica pode contribuir para a constituição do senso crítico por meio da leitura e da escrita ao longo da Educação Básica.

Do mesmo modo, no contexto educacional, cabe ao professor oportunizar situações de ensino e de aprendizagem que envolvam a leitura e a escrita como objeto social do conhecimento, não devendo desrespeitar os conhecimentos que o educando traz consigo, seja do ambiente familiar ou de qualquer outro convívio social.

Tão importante quanto os docentes, estão os profissionais que compõem a equipe técnico-pedagógica que podem desenvolver projetos que objetivem o aprimoramento de habilidades referentes à leitura e a escrita como podem, ainda, apoiar pedagogicamente os docentes na constituição do senso crítico.

Portanto, o presente artigo busca, por meio de aprofundamento teórico selecionado, detalhar eixos para alcançar o objetivo já informado. Para isso, serão aprofundadas teorias sobre *A leitura e sua importância para evolução humana; Papel da Equipe Técnico-pedagógica no Desenvolvimento do Ato de Ler/Escrever; A Formação Continuada do Professor com Auxílio da Equipe Técnico-pedagógica; e A Equipe Técnico-pedagógica e o Desenvolvimento do Ato de Ler/Escrever*. Com isso, têm-se o entendimento da importância da leitura e da formação do aluno para a evolução do pensamento crítico e cidadão participativo na sociedade em que está inserido.

## **A LEITURA E SUA IMPORTÂNCIA PARA EVOLUÇÃO HUMANA**

De acordo com Sutter (*apud* YUNES, 2002 p. 38), etimologicamente a palavra leitura é proveniente do verbo ler, ou seja, a leitura corresponde ao ato



de ler. Entretanto, a palavra ler deriva do verbo latino *legere*, possuindo a mesma significação em latim cuja primeira acepção denotava o ato de acolher, armazenar. A princípio a palavra pertencia ao vocabulário agrícola, depois formou um novo campo semântico, prevalecendo sobre o primeiro.

A supracitada autora corrobora que, ainda que o verbo *legere* implicasse no ato de colher/armazenar para a antiga civilização greco-romana, pode-se dizer que ler é o ato de colher conhecimento e armazenar na memória. Já Fischer (2006, p. 11), define a leitura como algo que teve início como uma simples capacidade humana de obter informações visuais através de algum sistema codificado, mas que, atualmente, é vista também como uma forma de extrair as informações de uma tela eletrônica. Isso porque, com o avanço tecnológico, bem como da própria humanidade, a definição da leitura tende a mudar de forma a contemplar às diversas concepções que se manifestem (FISCHER, 2006, p. 18).

É interessante notar como o autor observa a leitura como uma aptidão, uma habilidade a ser desenvolvida no indivíduo. Além disso, verifica-se que, historicamente, existem duas teorias contraditórias a esse respeito onde, a primeira a analisa como um processo linear fonológico que se dá “letra a letra”, interligando os elementos da linguagem até que a elocução e a compreensão sejam alcançadas. A segunda teoria se baseia na leitura como um processo semântico visual que se refere a uma combinação de letras (FISCHER, 2006, p. 13). Ainda que divergentes, essas teorias se comportam corretamente, porém em níveis diferentes à referência da capacidade ou da atividade da leitura.

Para tanto, Zilberman (2003, p. 251) acredita que a leitura, enquanto prática difundida em diferentes camadas sociais e de faixa etária, trata-se de um procedimento de obtenção de informações rotineiro e acessível a todos, porém uma conquista da sociedade burguesa do século XVIII. Segundo ela, a partir de então, com a expansão dos meios de comunicação, o ato de ler passou a fazer parte de um processo civilizatório.

No século XIX, considerava-se o livro impresso como um “santuário dos mais elevados sentimentos humanos” (FISCHER, 2006, p. 231), a ser descoberto e experimentado por todos, sem qualquer distinção, permitindo ao leitor privacidade e silêncio. Com isso, o século XX renova os modos de leitura na escola, definindo e criando demandas para uma produção de livros didáticos



cujas tendências “se conservariam vigorosas até os anos 1960” (STEPHANOU; BASTOS *et al*, 2012, p. 100).

Evidencia-se, então, a socialização que é compreendida por meio de padrões de comportamento e atitudes que surgem durante a vida do homem, desde a infância até a velhice, sendo parte dela. Esses padrões comportamentais estão ligados às atitudes, valores e comportamentos aprendidos pelo indivíduo enquanto membro de uma cultura estando, então, a socialização conectada através da interação humana (SCHAEFER, 1992, p. 78).

Verifica-se que o processo educacional é uma extraordinária ferramenta de socialização podendo ser considerado um sinônimo de democracia, pois cria-se condições de cooperação que produzem a negociação das relações mútuas (LIMA, 1997, p. 56).

Para Costa (2007, p. 23), a literatura é um aspecto de socialização uma vez que se expressa em forma de imagens verbais, que acabam por criar imagens mentais nos leitores. Portanto, entende-se que essa comunicação entre imaginários visa o entendimento do leitor e o desenvolvimento de uma visão crítica, estabelecida através da manifestação desse imaginário que promove o encontro entre indivíduos, ou seja, um processo de socialização (COSTA, 2007, p. 23).

Dessa maneira, o professor precisa ir ao encontro dos anseios do aluno, para ajudá-lo na compreensão dos conteúdos formais que lhe são apresentados, porém, para que isso venha a favorecer a aprendizagem o pedagogo deverá resgatar os sentimentos positivos do aluno em relação a si mesmo, a fim de construir um ambiente escolar mais acolhedor (PEREIRA *et al*, 2002, p. 25).

Neste ponto, o educador é um intermediador do processo de aprendizagem, e deve buscar entender as dificuldades e necessidades específicas de cada aluno, para solucioná-las de uma forma que o aprendiz não se sinta discriminado, menosprezado, ou que venha a diminuir sua autoestima (PEREIRA *et al*, 2001, p. 25). Assim, ela envolve a questão educacional não apenas no ambiente escolar, mas em todas as dinâmicas das relações sociais que produzem aprendizagem (SANTOS, 2011, p. 227).

Ao ensinar, o docente precisa passar para o educando uma orientação, um estímulo que contribua para sua realidade de vida, e por isso é importante sua percepção sobre as diferentes realidades que tem à sua frente, pois isso poderá



tornar inviável a aprendizagem, e permitir a ocorrência de emoções negativas associadas ao ensino (PEREIRA *et al*, 2001, p. 27).

## **O PAPEL DA EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DO ATO DE LER/ESCREVER**

Enquanto uma abordagem sob o olhar da equipe técnico-pedagógica de uma instituição pública de ensino, sobre o ato de ler e escrever, torna-se mister analisar as atribuições e relação entre este profissional e o aprimoramento do ensino da leitura e escrita para o desenvolvimento do aluno leitor.

A área de atuação intitulada como coordenação pedagógica provém de diversas constituições históricas das estruturas escolares. Essa variedade ocorreu quando da promulgação da Lei nº 5.692/1971 (fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus), ocorrendo variadas denominações para a ação supervisora no então quadro das funções do magistério, estando dentre elas: supervisor escolar, coordenador pedagógico, pedagogo, professor coordenador, orientador pedagógico (PLACCO, *et al*, 2014, p. 27).

Contudo, houve legislações anteriores à supracitada lei que já possibilitavam a existência de um profissional, dentro da escola, que exercesse acompanhamento pedagógico, como por exemplo, a Lei nº 4.024/1961 (fixava as diretrizes e bases da educação nacional) que permitiu a criação de diversas “escolas experimentais” (PLACCO *et al*, 2014, p. 27).

O coordenador pedagógico tem a função de acompanhar os alunos de forma instrutiva, articular o projeto pedagógico, prestar atendimento e orientação aos professores e pais, preparar reuniões pedagógicas, analisar o conteúdo dos livros e materiais didáticos escolhidos e verificar sua adequação, além de emitir relatórios curriculares e promover um ambiente escolar transformador (GEGLIO, 2008, p. 115).

Este profissional também é considerado como “educador dos educadores” (BOCCIA *et al*, 2013, p. 14), pois encontra-se liderando uma equipe da qual deve estar sempre presente em seu cotidiano. Considera-se o coordenador pedagógico tem como principal função a formação continuada do professor em serviço, tendo a escola como meio propício (e consequente) para esse aprendizado contínuo (GEGLIO, 2008, p. 117).



Para Miziara (2014, p. 1) a Coordenação Pedagógica articula os momentos de trabalho coletivo e formação continuada e comenta:

A coordenação é reconhecida como a principal instância formadora de professores, caracterizada em suas possibilidades e dificuldades na organização das mais diversas dinâmicas formativas (MIZIARA, 2014, p. 1).

É latente que cabe à coordenação pedagógica, a articulação do trabalho conjunto de todos os profissionais educadores, a fim de abranger mudanças e melhorias educativas guiadas por políticas educacionais bem conduzidas. Dessa forma, o profissional conseguirá atribuir sentido ao seu trabalho, uma vez que consiga conduzir todas essas pessoas e ações, com sucesso.

Reitera Boccia (*et al*, 2013, p. 14), que com clareza de seus próprios objetivos e dos objetivos da instituição de ensino, o referido profissional pode ter sucesso nas questões que surgirem no cotidiano escolar, devendo estar seguro de seu papel e respeitando seu compromisso com a instituição. A autora completa que o coordenador pedagógico deverá liderar a construção de trabalhos coletivos, “com base e desencadeados por meio da cooperação e da troca de saberes e experiências advindas da comunidade educativa” (BOCCIA *et al*, 2013, p. 14).

Portanto, o coordenador pedagógico irá prestar uma assessoria ao professor para que este possua domínio do seu trabalho e, por isso, ele deve ser considerado como instrumento para o desenvolvimento do saber e pensar crítico do educando.

Enquanto o professor agregar esse suporte a melhorias para o ensino-aprendizado do ato de ler e escrever, se tornarão claros os benefícios para os alunos, professores e instituição de ensino.

Assim, o incremento da leitura no ambiente escolar deve ser analisado pelo corpo docente, que irá fazer sugestões e debater ideias para a construção de um projeto pedagógico fortalecido, que tratará como prioridade a leitura no processo de aprendizagem.

Menegolla e Sant’anna (2009, p. 135-136) afirmam que a proposta pedagógica atua como processo introdutório às práticas de ensino e aprendizagem no desenvolver das competências leitoras:



A proposta pedagógica visa desenvolver o ensino, criando condições e situações desafiadoras para que o aluno construa o seu próprio conhecimento na interação com o meio, através de experiências concretas, numa relação teoria e prática. [...] Faz-se necessário enfatizar os conteúdos dentro do contexto social e cultural do aluno, oportunizando a leitura de sua própria realidade (MENEGOLLA; SANT'ANNA, 2009, p. 135-136).

O professor deverá planejar o seu trabalho, com base na proposta desenvolvida com o coordenador pedagógico, seguindo as orientações do Ministério da Educação (MEC), devendo sempre considerar o conhecimento prévio de cada aluno, ponderando sobre o contexto de aprendizagem individual com a finalidade de conduzir o despertar o prazer de ler em seus educandos.

Nessa proposta, é fundamental que os coordenadores questionem o alcance de sua atuação a fim de desenvolver políticas educativas benéficas ao desenvolvimento da leitura, mantendo uma visão crítica em relação às suas decisões e realizações pedagógicas, lembrando sempre que o alcance desse trabalho abrange um contexto amplo, como a própria sociedade (MIZIARA, *et al*, 2014, p. 5).

Essas estratégias devem ser voltadas para o despertar do aluno pelo interesse na leitura, pois o ato de ler constrói uma relação direta entre o leitor e o texto. O repensar da prática educativa, é uma das tarefas desenvolvidas pelo coordenador pedagógico, pois em reuniões e estudos coletivos com o corpo docente, é possível desenvolver alternativas que torne executável o desenvolvimento do aluno leitor, através da melhoria do trabalho do próprio docente (BOCCIA *et al*, 2013, p. 31).

Repensar a prática utilizada para o ensino requer um exercício constante de reflexão do profissional de educação, fazendo com que ele identifique os caminhos que precisa ou não seguir, pensando mais sobre o que é melhor para o aprendizado e como é possível através do ensino.

Isso requer uma autoavaliação do profissional, uma visão de aprimoramento da sua didática, com a finalidade de ser bem-sucedido na mediação do processo educativo, mas também na contribuição e interferência positiva que pode provocar na vida de cada um de seus alunos.

Os cursos de formação para estes profissionais devem buscar desenvolver não apenas elementos que constituem a prática pedagógica (o professor, o aluno, os conhecimentos, os procedimentos e as tecnologias utilizadas), mas



também criar no profissional que a prática transformadora começa a partir dele, de sua flexibilidade em modificar e adaptar sua forma de ensinar para que melhor se adeque ao meio social e cultural de seus alunos, e que melhor correspondam aos objetivos propostos pela disciplina (DAMIS, 2008, p. 111).

A própria avaliação é uma tarefa que deve ser desempenhada pelo educador, imbuída de responsabilidades que envolvem diretamente sua prática pedagógica, pois é nesse momento que ele vê o reflexo de suas ações e pode repensar sua trajetória (FAGUNDES, 2015, p. 201). Denota-se que a ponderação do educador sobre seu fazer pedagógico é permanente e constante, devendo sempre estar disposto a ressignificar suas teorias (SILVA, 2013, p. 113).

O professor deve refletir sobre a prática social também em sua prática. Dessa maneira ele compreende o significado do seu trabalho enquanto instrumento social, deixando de ser apenas um executor de uma prática pensada por outros e fazendo suas próprias reflexões sobre sua contribuição para a educação (DAMIS, 2008, p. 111).

Identificar conflitos para melhor desenvolver os trabalhos pedagógicos na instituição de ensino, torna-se essencial para o sucesso do planejamento feito pelo coordenador com a participação dos professores. O distanciamento crítico imposto pelas atribuições do cargo deste profissional o leva a perceber as dificuldades existentes no contexto de todas as relações possíveis e importantes para o desenvolvimento do aprendizado na instituição, seja entre aluno e professor, aluno e aluno, professor e professor, entre outras possíveis combinações.

Archangelo (2008, p. 142), corrobora, citando:

Por meio da mediação das relações e da concretização de seu plano de trabalho, cabe ao coordenador instrumentalizar o grupo para manejar os conflitos que se apresentem na instituição, favorecendo, assim, o processo de amadurecimento e construção da autonomia. Em síntese, o projeto de trabalho da coordenação deve também ancorar-se nos sujeitos reais que, com suas demandas e dinâmicas pessoais, emprestam vida à instituição (ARCHANGELO, 2008, p. 142).

Portanto, o crescimento do professor enquanto profissional é beneficiado pela intervenção do coordenador em seu processo de crescimento (BOCCIA, *et*



al, 2013, p. 38), em que ele mesmo amadurece a partir dos desafios que enfrenta no cotidiano escolar.

A mediação do profissional pedagogo para o aprimoramento dos processos de ensino se faz inevitável e essencial a cada dia, no ambiente escolar. A instituição de ensino deve contribuir no processo de qualificação de professores garantindo um significativo aprendizado dos alunos, além de aprimorar a própria prática do professor (PINTO, 2013, p. 113).

No que tange ao desenvolvimento da competência leitora, Santos (2011, p. 79) indica que a coordenação pedagógica tem a condição necessária de fornecer a inclusão de uma biblioteca escolar no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, servindo inclusive de extensão da sala de aula, posto que a biblioteca se fundamenta no apoio às atividades pedagógicas oferecendo os recursos necessários ao estímulo e o despertar do interesse pela leitura.

Nitidamente, a instalação de uma biblioteca escolar não é a solução para a questão do desenvolvimento do ato de ler/escrever, mas uma forma de incentivo que pode fazer parte de um projeto pedagógico voltado para essa finalidade. Nesse sentido, caberá ao coordenador manter equilibrada a relação da educação com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do corpo discente, isso porque deve-se manter observância a todos os aspectos que comprometem o desenvolvimento escolar do aluno e, conseqüentemente, da competência leitora.

Para Vasconcellos (2002, p. 89):

O coordenador, ao mesmo tempo em que acolhe e engendra, deve ser questionador, desequilibrador, provocador, animando e disponibilizando subsídios que permitam o crescimento do grupo; tem, portanto, um papel importante na formação dos educadores, ajudando a elevar a consciência [...] (VASCONCELLOS, 2002, p. 89).

Ou seja, o coordenador pedagógico é também um facilitador que contribui no aprimoramento das práticas educativas, ajudando aos professores a ressignificá-la contribuindo também para a produção de novas práticas profissionais que proporcione uma melhor organização da gestão e da relação ensino-aprendizado.

De acordo com Castro e Gauthier (2009, p. 316), é preciso uma mobilização que engatilhe uma consciência coletiva de todos os envolvidos na educação



(comunidade, alunos, funcionários e professores), beneficiada pela participação crítica de todos que devem se mobilizar para se tornar atores no seu próprio processo de desenvolvimento.

A escola deve elaborar os planos de aula e as atividades gerais “pensando em todos os alunos, garantindo que todos eles possam se desenvolver na leitura e na escrita” (BRASIL, 2006, p. 5-6). Portanto, a equipe gestora da instituição (coordenação pedagógica e direção) deve assumir o compromisso com o aprendizado de todos os alunos, onde o trabalho do coordenador deve ser caracterizado pela contribuição dada no trabalho do corpo docente, inclusive avaliando o processo de aprendizagem dos estudantes (BRASIL, 2006).

### **A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR COM AUXÍLIO DA EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA**

É muito comum encontrar profissionais de educação sem traquejo ou capacitação adequada para desempenhar bem o seu trabalho, não alcançando os objetivos necessários ao aprimoramento da sua prática pedagógica em benefício do avanço dos alunos (SERPA; LOPES, 2011, p. 16).

É necessário que políticas públicas sejam implantadas, mas que consigam efetivamente vir em auxílio das instituições de ensino e educadores nos seus pontos fracos, pois os atuais programas costumam abranger a todo o sistema e não as carências específicas.

Esses programas escolares e pedagógicos devem estar voltados também ao pensar/refletir à prática pedagógica sendo, para isso, necessária a garantia de condições que beneficiem a realização de um trabalho pedagógico coletivo. Infelizmente, diversas são as lacunas que devem ser preenchidas para o aprimoramento desta prática, em que as Secretarias de Educação realizem um real manejo e execução de políticas públicas necessárias à melhoria da qualidade dos programas existentes, sendo algumas delas: Incorporação da formação à jornada de trabalho; Garantia da continuidade dos programas formativos; Valorização da formação em serviço no plano de carreira; Existência de coordenador pedagógico em todas as escolas; Promoção da formação do coordenador pedagógico; Investimento em capacitação articulada ao contexto de trabalho; Incentivar a escola a ser um espaço de aperfeiçoamento



profissional; e, ter equipe técnica para acompanhar os gestores (LOPES; JONES, 2011, p. 16-17).

Percebe-se que o coordenador pedagógico está inserido como instrumento fundamental nesse processo de melhoria da qualidade educacional, uma vez que seu papel é de contribuir, também, na formação continuada do docente. Mais uma vez ele se revela como incentivador do pensar sobre o currículo e as práticas pedagógicas em acordo com as mudanças que ocorrem constantemente no meio educacional e social.

Freire (2001, p. 1) cita:

O fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo. Não o autoriza a ensinar o que não sabe. A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes (FREIRE, 2001, p. 1).

Portanto, a formação continuada trata-se de uma proposta intencional para um processo de reflexão da prática docente de maneira incessante. Ela contribui na reflexão-crítica em que o professor se autoavalia e busca motivação para aprimorar suas técnicas de ensino na produção de conhecimento e intervenção da realidade. (FALSARELLA, 2004, p. 50)

Com base nos estudos de Falsarella (2004, p. 51-52), a autora indica seu entendimento sobre a formação continuada enquanto ponto-chave para transformar a cultura do fracasso, que tanto aterroriza a formação profissional sob o paradigma do professor que apenas transmite teoria, além de sinalizar a necessidade de fortalecimento da importância da formação do mesmo através de políticas de construção da identidade do professor. Sobre isso, Christov (2007, p. 9) enfatiza:

A expressão “Educação Continuada” traz uma crítica a termos anteriormente utilizados tais como: treinamento, capacitação, reciclagem que não privilegiavam a construção da autonomia intelectual do professor, uma vez que se baseavam em propostas previamente elaboradas a ser apresentadas aos professores que as implementassem em sala de aula (CHRISTOV, 2007, p. 9).



Fica claro que o coordenador tem papel fundamental na construção de novas bases para a formação continuada do educador, sendo ele uma ferramenta fundamental na garantia de reorganização do trabalho e da valorização deste profissional. A educação continuada contribui na atualização dos conhecimentos e na reflexão sobre os métodos que o educador utiliza no processo de ensino-aprendizagem.

Para melhor compreender o que significa a formação continuada Christov (2007, p. 10) atribui a definição de “programa composto por diferentes ações como cursos, congressos, seminários, HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo)”.

Em complemento, Falsarella (2004, p. 55) considera que a formação continuada se refere a uma proposta direcionada para a mudança, enquanto capacitação (diferente em sentido, porém não menos importante) relaciona-se a uma habilitação na atuação como profissional. Além disso, compreende formação continuada como “um processo ininterrupto que acompanha o professor durante toda a sua trajetória profissional” (FALSARELLA, 2004, p. 55), aperfeiçoando sua proposta docente através da ação, reflexão e interação com seus pares.

A posição de um coordenador pedagógico envolve um constante aprendizado. Para Augusto (2006, p. 63), a sua eficiência é garantida quando ele compila todos os projetos bem-sucedidos do grupo e consegue mantê-lo em contínua ação. A autora adiciona que o coordenador acompanha o ritmo de cada espaço do ambiente escolar, principalmente fora da sala de aula através do estranhamento do que é alheio à sala de aula, sendo esta uma das principais características desse profissional, voltado efetiva e primordialmente para a formação de professores.

Silva (2014, p. 15) esclarece:

Na maioria das formações continuadas dadas nos assuntos educacionais concebe-se a função do coordenador pedagógico como um formador de professores inserido na escola. Realmente é algo que deveria ocupar a maior parte do tempo deste profissional e com isso teríamos excelência em formação pedagógica (SILVA, 2014, p. 15).

Percebe-se, então, que existe uma sincronia entre a prática do professor e o processo de formação do profissional, da instituição e da própria educação em



que possibilidades transformadoras estão inseridas e que deverão contribuir para o trabalho do coordenador pedagógico como mediador das mudanças dos docentes e de si próprio (ORSOLON, 2006, p. 20).

O coordenador é o profissional recomendado no auxílio às atividades formativas dos profissionais em educação, orientando-os na reflexão da sua prática e na importância da formação continuada que tanto contribui na qualificação do profissional e de seu fazer pedagógico.

Conforme esclarece Cardoso (2012, p. 111), não se pode deixar de compreender a leitura como algo que rompe fronteiras, posto que aconteça dentro e fora daquele que lê, e este processo deve existir independente da vontade da coordenação pedagógica, pois “somente é alcançado pelo pensamento dialético”. Mas para que isso ocorra, o coordenador e a equipe de educadores devem fazer um trabalho interdisciplinar para contemplar a conquista desse objetivo.

Neste processo, o aluno não pode ser excluído atuando como um tradutor da leitura do educador. Dessa maneira, novas dificuldades de aprendizado serão criadas e o aluno internalizará um princípio referido ao poder do professor, onde a vontade e a construção oferecidas por ele serão as únicas legitimadas (BARBOSA, 1998, p. 18).

Além disso, a competência formadora do coordenador e a prestação da formação continuada ao docente devem ser itens indispensáveis para tornar alcançável qualquer desses objetivos.

De acordo com Lopes e Jones (2011, p. 9), para que ocorram essas mudanças na qualidade do ensino-aprendizagem atitudes devem ser tomadas de forma hierárquica em que o formador da Secretaria de Educação deverá preparar o coordenador pedagógico, e este será responsável pelo aprimoramento do trabalho dos professores.

Para que os docentes tirem dúvidas, sintam-se valorizados e consigam aprimorar estratégias de ensino, é basilar que haja um coordenador pedagógico em sua orientação. Somente conseguindo sanar os problemas dos quais o profissional se depara em sala de aula é que ele conseguirá atingir uma efetiva mudança na práxis educacional.

Lopes e Jones (2011, p. 11) ratificam que:



Cabe ao coordenador pedagógico atuar como o parceiro mais experiente – e, portanto, o orientador – da equipe. Infelizmente, nem todas as escolas brasileiras contam com esse profissional, o que torna a formação inexistente ou precária, com o diretor tentando assumir o papel de formador ou os professores buscando aperfeiçoamento sozinhos. (LOPES; JONES, 2011, p. 11).

Evidentemente, que o processo de educação transformadora que se deseja atingir, neste caso, o desenvolvimento do ato de ler/escrever pelo educando, somente será possível quando o coordenador capacitado agregar a formação continuada do corpo docente através de ações planejadas e da realização de intenções político-educacionais, a fim de tornar propícios questionamentos e novas construções para aprimoramento do saber e do fazer.

É na prática que o professor evidencia o conhecimento, enquanto em formação inicial a teoria predomina, é na formação continuada que o professor realmente se revela e desenvolve suas habilidades na relação de ensino-aprendizagem. É o coordenador quem possibilita e incentiva ao docente o aprendizado continuado, para que ele faça da sua práxis uma atividade sempre transformadora.

Silva (2014, p. 4) cita:

A coordenação pedagógica é vista como multiplicadora das atividades formativas para a equipe docente. Cabe a ela buscar participar das atividades de formação e organizar os encontros semanais ou quinzenais para refletir e debater sobre o contexto de cada atividade de formação com a finalidade de qualificar o ensino dado pela instituição por meio dos professores (SILVA, 2014, p. 4).

A formação continuada ocorre no ambiente de trabalho do profissional de educação, mas tem por obrigação ser contínua, contextual e conduzida pelos próprios professores, pois esta é uma importante etapa para sua preparação profissional.

## **A EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA E O DESENVOLVIMENTO DO ATO DE LER/ESCREVER**

Ler e escrever são processos inerentes ao homem, mas que se revelam a partir das interações sociais permitindo o sujeito a se conectar, a interagir, com o mundo. Nitidamente o saber ler e escrever permite a inclusão do sujeito em



uma sociedade, permitindo-lhe o desenvolvimento da criatividade e senso crítico, proporcionando a produção do conhecimento (MORAIS; BRITO, 2009, p. 15-16).

Carvalho e Dias (2012, p. 81) comentam o ato de ler e escrever no contexto estudantil, afirmando que:

Em seu sentido estrito, o ato de ler e escrever é, no contexto dos movimentos estudantis, uma espécie de metáfora do próprio ato de compreender a realidade e imprimir-lhe, através da ação, novas marcas. Equivalente do binômio compreensão/ação, o ato de ler/escrever tanto expressa quanto forja e redefine a identidade de um grupo social. Em suma, os estudantes escrevem sua história nas palavras e nos atos pelos quais constroem suas lutas (CARVALHO; DIAS, 2012, p. 81).

A formação do leitor competente, que também se baseia no aprimoramento da escrita, se alicerça na capacidade humana de compreensão e interpretação do mundo, pois este é um ato de conhecimento, de compreensão, transformação e interpretação do que está sendo lido. É através da interação entre o leitor e o texto que inicia o processo de troca contínua de saberes, iluminando ao leitor à compreensão da realidade que o cerca e lhe permite fazer parte dele ativamente (DINIZ, 2007, p. 38).

Para o desenvolvimento da competência leitura é preciso que o educador fique atento a diversos fatores que podem interferir no aprimoramento da técnica do aluno, caso contrário ele não será um facilitador, mas criará um problema que pode ter consequências nada fáceis de solucionar.

Não só o professor deve estar atento a esses detalhes, mas também o coordenador, ambos devem buscar sempre aperfeiçoar as práticas e saberes para melhor alcançar os objetivos da instrução. Os métodos de ensino e o trabalho do coordenador pedagógico evoluem através da influência econômica, social, cultural e política a fim de corresponder às novas exigências da sociedade que está em constante evolução. Enquanto articulador e integrador dos processos educativos, esse profissional contribui no desenvolvimento de estratégias e métodos para melhoria do processo de ensino-aprendizagem (SILVA *et al*, 2014, p. 110).

Silva (2014, p. 117), corrobora:

A esfera de atuação do coordenador pedagógico é muito ampla, pois envolve questões de currículo, construção do conhecimento, aprendizagem, relações interpessoais, ética, disciplina, avaliação da



aprendizagem, relacionamento com a comunidade e, também, com recursos diversos (SILVA, 2014, p. 117).

Já Neves (2014, p. 101), ilumina que o coordenador pedagógico é o responsável por orientar, acompanhar, coordenar e avaliar as atividades que fazem parte das questões pedagógicas, prestando assessoria ao diretor da instituição e orientando os professores na didática que utilizam em sala de aula.

Esse processo deve ser acompanhado de decisões relacionadas ao como fazer, pois o método deve ser uma decisão tomada a partir da análise ambiental e social dos alunos que fazem parte do binômio ensino-aprendizagem, devendo ser definidos os objetivos a serem atingidos, utilizando materiais e procedimentos de ensino e avaliação que se apliquem de forma ampla na organização escolar (FRADE, 2007, p. 76).

No sentido de incorporar práticas e métodos e colaborar para sua implementação em conjunto com o corpo docente, Freire (2002, p. 51) incentiva o construtivismo enquanto teoria do indivíduo que tem um método, técnica e que se serve deles, adicionando que esta é uma concepção não só da prática educativa, mas, igualmente política.

Para Paulo Freire o educador precisa também ser um político, porquanto que não necessariamente precise afiliar-se a um partido (qualquer que seja ele), mas sim para praticar um intervencionismo que contribui no desenvolvimento do educando, no fazer cultura e promover que o outro possa se sentir apto a fazer o mesmo: intervir e mudar a sua realidade (FREIRE, 2002, p. 82). Ou seja, o pensamento de Paulo Freire a respeito do construcionismo crítico relaciona-se com a formação continuada porquanto interage com a definição e apropriação das práticas pedagógicas que devem manter-se em constante evolução.

A coordenação pedagógica deve se caracterizar como uma prática dinâmica que permita a integração das dimensões “política, pedagógica e administrativo-financeira da gestão escolar” (BAHIA, 2008, p. 7), a fim de estimular a renovação e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, visando à garantia do sucesso de todos os alunos.

Sob este mesmo aspecto, o professor e o coordenador devem planejar melhor a organização e a aplicação dos métodos e técnicas sobre leitura e escrita, evitando improvisos e firmando-se um direcionamento do trabalho docente em sala de aula.



Para Silva (2014, p. 122):

O ato de planejar é uma ação inerente ao homem e o planejamento torna-se um desafio na função do coordenador, pois é necessário que toda ação educativa seja planejada e articulada com os sujeitos escolares e o coordenador tem essa responsabilidade (SILVA, 2014, p. 122).

Sobre o planejamento, de acordo com documento publicado pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura, de Salvador - BA, “o ato de planejar o processo de ensino e de aprendizagem exige dos professores a definição de valores, significados e concepção de educação” (BAHIA, 2008, p. 24). Para isso, esses profissionais devem se utilizar do Projeto Político Pedagógico (PPP) e, evidentemente, do regimento escolar tornando efetivo o planejamento através de discussões coletivas, sistematização de ideias e atividades curriculares que permitam que todos possam reavaliar suas práticas e ressignificá-las.

Enquanto conhecedores atentos das necessidades reais da comunidade em que a escola está inserida, o profissional de coordenação e o corpo docente devem estar conscientes do atendimento a essas necessidades, observando os pontos fracos a serem melhorados e os fortes a serem ressaltados a fim de garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, e servir de modelo à prática democrática que é o próprio aprendizado.

Portanto, o planejamento é parte da vivência escolar dos profissionais e serve para o desenvolvimento da prática social docente, bem como fundamenta os princípios norteadores dos métodos pedagógicos, contextualizando adequadamente as técnicas com o processo de ensino-aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A leitura trabalhada de forma correta leva o pequeno leitor a imaginar e captar suas formas, suas cores, sua beleza, sua magia, seu mundo imaginário que nele tudo é possível, toda invenção por mais surreal que seja neste mundo de leitores tudo se tem vida e continuidade. Oportunizar o acesso à literatura na escola é um compromisso social que não desse prescindir do envolvimento de toda a comunidade escolar.

Desse modo, o ato de ler tem que ser algo prazeroso, o estudante não deve ser forçado a isso, esse processo tem que ser desenvolvido com muito cuidado,



tanto pelo docente, quanto pela equipe técnico-pedagógica, para não se tornar uma tarefa exaustiva para os envolvidos. A leitura deve ser encarada como algo agradável, algo lúdico, que traga para o cotidiano da sala de aula um momento de desconcentração, uma aula com muita troca de conhecimento, deve ser algo que deixe o aluno à vontade, para escolher os livros que mais lhe chamam a atenção.

Portanto, na proposta da leitura no Ensino Fundamental, tem de haver um objetivo específico, com foco no crescimento crítico, intelectual e social do aluno, para que o processo de formar leitores possa se propagar nos anos seguintes, para que essa prática ganhe um lugar importante na vida destes, que esse processo seja contínuo e crescente, de forma que se torne um hábito, algo praticável no dia a dia e não só na sala e aula, a leitura deverá se tornar uma prática recreativa e não apenas informativa e obrigatória.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHANGELO, A. O coordenador pedagógico e o entendimento da instituição. IN: PLACCO, Vera Maria Nigro de; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. (Org.) **O Coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

AUGUSTO, S. **Os desafios do coordenador pedagógico**. 2006.

BAHIA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Prefeitura de Salvador. **Coordenador pedagógico: Traçando caminhos para a sua prática educativa**. 2008.

BARBOSA, R. L. L. **Dificuldades de leitura: a busca da chave do segredo**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BOCCIA, M. B. (et al). **Gestão escolar em destaque** (Pedagogia de A a Z). Jundiaí: Paco editorial, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação: dimensão ensino e aprendizagem da leitura e da escrita**. Ação Educativa SEB/MEC (coord.). São Paulo: Ação Educativa, 2006.

CARDOSO, A. de O. **Da infância à docência no mundo da vida: Trajetos de leitura e formação**. 1. ed. São Paulo: edição do autor, 2012.



CARVALHO, D. C. de; DIAS, R. B. **Sobre o ato de ler e escrever no movimento estudantil: texto e contexto, identidade e ação.** IN: BIANCHETTI, Lucídio. **Trama e texto: leitura crítica, escrita criativa.** 2. ed. São Paulo: Summus, 2002.

CASTRO, A. D. da M.; GAUTHIER, L. de S. **Coordenação pedagógica e mediação tecnológica – interface na perspectiva de uma educação inclusiva.** IN: DÍAZ, F. (et al.) (orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas.** Salvador: EDUFBA, 2009. SciELO Books.

CHRISTOV, L. H. da S. **Educação continuada: função essencial do coordenador pedagógico.** IN: GUIMARÃES, A. A. (et al.). **O coordenador pedagógico e a educação continuada.** 10. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

COSTA, M. M. da. **Metodologia do ensino da literatura infantil.** Curitiba: Ibpex, 2007.

DAMIS, O. T. **Didática: suas relações, seus pressupostos.** In: VEIGA, I. P. A. (Coord.). **Repensando a didática.** Campinas: Papyrus, 1988.

DINIZ, M. I. **Os problemas convencionais nos livros didáticos.** IN: SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, M. I. (Orgs.). **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

FALSARELLA, Ana Maria. **Formação continuada e prática de sala de aula.** 1.ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

FERNANDES, I. et al. **Planejamento Estratégico: Análise SWOT.** Três Lagoas-MS, 2013. Disponível em: Acesso em: 17 de Janeiro, 2015.

FISCHER, S. R. **História da leitura.** São Paulo: UNESP, 2006.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FRADE, I. C. A da S. **Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais.** vol. 32. Santa Maria: 2007.

FREIRE, P. Ensinar, aprender: **Leitura do mundo, leitura da palavra.** Carta de Paulo Freire aos professores. Estud. av. vol. 15. nº42. São Paulo: 2001.

FREIRE, A. M. A. (Org.) **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Unesp, 2002.

GEGLIO, P. C. **O papel do coordenador pedagógico na formação do professor em serviço.** IN: PLACCO, Vera Maria Nigro de; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. (Org.) **O Coordenador pedagógico e o cotidiano da escola.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2008.



KLEIMAN, A. **Abordagens de leitura**. Scripta, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 13-22, 1º sem. 2011.

LIMA, R. M. de. **Direito agrário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

LOPES, N.; JONES, F. **8 iniciativas indispensáveis**. Revista Nova Escola. Os caminhos da coordenação pedagógica e da formação de professores. 6. ed. São Paulo: Fundação Vitor Civita, 2011.

MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. **Por que planejar? Como planejar?** 20. ed. São Paulo: Vozes, 2009.

MIZIARA, L. A. S. (et al). **O que revelam as pesquisas sobre a atuação do coordenador pedagógico**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. vol. 95. nº241. Brasília: set./dez. 2014.

MORAIS, J. **A arte de ler**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1996.

NEVES, R. S. **Manual do administrador escolar: legislação, organização e estrutura do ensino**. 1.ed. São Paulo: 2014.

ORSOLON, L. A. M. **O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola**. IN: PLACCO, Maria Nigro de Souza (et al.). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2006.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PEREIRA, V. W. (org.). **Aprendizado da leitura: ciências e literatura no fio da história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PINTO, U. de A. **Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PLACCO, M. N. de S. (et al). **O coordenador pedagógico (CP) e a formação de professores: intenções, tensões e contradições**. Série Estudos & Pesquisas Educacionais. vol. 2. São Paulo: Fundação Vitor Civita, 2014.

SANTOS, W. B. dos. **Biblioteca escolar: um olhar sobre as práticas pedagógicas na Escola Municipal Padre Leonel da Franca**. João Pessoa: 2011.

SCHAFER, R. M. **O ouvido pensante**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SERPA, D.; LOPES, N. **Formação continuada ainda é ficção no país**. Revista Nova Escola. Os caminhos da coordenação pedagógica e da formação de professores. 6. ed. São Paulo: Fundação Vitor Civita, 2011.



SILVA, V. R. da. **A influência da leitura do mundo e da práxis na compreensão e interpretação da leitura como processo informacional.** São Paulo: 2013.

SILVA, M. E. S da. (et al.). **A coordenação pedagógica: desafios da função em escolas de ensino fundamental.** IN: BARROS FILHO, Edgar Marçal de; ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. (Orgs.). **Gestão pedagógica em foco: percepções de educadores e educandos da EaD sobre a realidade educacional.** Fortaleza: Imprece, 2014.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** vol. 3. Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VASCONCELLOS. C. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político ao cotidiano em sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2002.

YUNES, E. (Org.). **Pensar a leitura: complexidade.** São Paulo: Loyola, 2002.

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola.** São. Paulo: Global, 2003.